

pag 3 ANC

Lobby para defender o indefensável

19 FEV 1987

ESTADO DE SÃO PAULO

O ministro Renato Archer teme eventuais alterações na Lei da Informática em consequência da renovação do Congresso Nacional. Sua preocupação maior é que não se mantenha no Congresso o "clima que levou à espúria união das esquerdas e dos nacionalistas com os militares para a aprovação do projeto, criando a reserva de mercado para a informática no Brasil.

Na área da Constituinte, os objetivos do ministro e das empresas que se beneficiaram com o cartel são de que, na medida do possível, fique inscrito na Carta Magna o conceito de reserva para questões consideradas de segurança nacional. Ora, a fabricação de computadores, terminais de bancos e bombas de gasolina logicamente se enquadra aí...

Por que a preocupação do sr. Renato Archer, que, ao que se anuncia, estaria formando lobby para influenciar os congressistas e constituintes?

Se a lei é boa, se nenhum mal causou à economia nacional e ao País, certamente não haverá parlamentar com autoridade para tentar reformulá-la. Na verdade, a situação é outra. Desde a promulgação da Lei nº 7.232, no dia 29 de outubro de 1984, os acontecimentos demonstraram que estávamos certos ao prever as repercussões negativas da implantação da reserva de mercado. A primeira foi o atraso no processo de desenvolvimento tecnológico de diversos setores industriais que nada tinham que ver com a informática mas foram prejudicados pela SEI, que passou a proibir importações, impedindo sua modernização. A Fiesp, que acordara tardiamente para o desafio, veio a público para pedir a revisão da lei. Pediu, também, nova interpretação do texto legal de forma a tirar da SEI o poder que ela se avocava, de interferir em todos os segmentos industriais.

Depois, veio o choque dos pre-

ços. Aos poucos todos tomaram consciência de que os produtos das indústrias que dominaram o mercado eram por demais caros, tornando difícil, quase proibitiva, a informatização de indústrias de médio porte, pelo menos no nível desejável. Ao lado dos preços, não se tardou a constatar que esses mesmos produtos, já eram obsoletos em comparação com o que se produzia no Exterior a preço bem inferior. Finalmente, houve o choque com os Estados Unidos, a Alemanha Ocidental e outros países industrializados que foram aliados do mercado nacional.

Mas a reação não foi apenas no setor privado. Também dentro do governo houve uma grande revolta quando se sentiu o malefício da reserva de mercado. Melhor do que ninguém falou o diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, apontando-a como uma das principais causas que

levaram à fuga de capitais externos, no Brasil, e ao adiamento de decisões sobre novos investimentos.

Nesse ponto talvez resida o maior mal da Lei da Informática, cujas repercussões certamente não deixarão de ser notadas pelos novos parlamentares. A lei inspirou a apresentação de projetos pelos antigos parlamentares, criando pelo menos mais 23 áreas de reserva de mercado em vários setores. Cada projeto, evidentemente, implicou suspensão de investimentos externos nos setores visados.

Essas talvez sejam as causas do temor do sr. Renato Archer e de seu empenho em criar um lobby para defender a reserva de mercado para a informática e outros setores. É que a exa. teme que uma aragem de bom senso passe pelo Congresso e pela Constituinte, abrindo o mercado brasileiro aos capitais e às tecnologias estrangeiros.